



Sindjus discute modelo de progressão com secretários de RH

O Sindjus está realizando uma série de visitas aos secretários de RH de todo o Poder Judiciário com o objetivo de firmar a posição contrária da categoria à proposta de congelamento das progressões, que vem sendo debatida em reuniões que ocorreram no mês de janeiro com vistas à regulamentação da Lei 12.774/12 (PCS do Judiciário).

Munidos de um memorial, os diretores do Sindjus pretendem demover os secretários da intenção de regulamentar o artigo 6º de forma prejudicial aos servidores. A ideia de congelar a pro-

gressão na data de 31 de dezembro, como vem sendo debatida pelos secretários de Recursos Humanos, poderá atrasar em quase um ano a progressão dos servidores que entraram em janeiro, por exemplo.

O correto, defendido pelo sindicato, é a extensão imediata de dois padrões a mais a todos os servidores. Os diretores alertam que, se o enquadramento não for corrigido, as administrações vão pactuar com reflexos funcionais e remuneratórios desiguais e permanentes durante todo o desenvolvimento na carreira.

Regulamentação contraria o espírito da Lei

A Lei 12.774/12 prevê que a regulamentação ocorra com o acompanhamento das representações dos servidores. Isso se coaduna com o que há de mais moderno em gestão de pessoas e de transparência e publicidade dos atos da administração pública. Estranhamente, a gestão do ministro Joaquim Barbosa à frente do Poder Judiciário tem começado desconsiderando essa importante questão. Depois de dois meses da edição da Lei ninguém ainda ouviu falar em formação da comissão responsável por sua regulamentação.

A movimentação das admi-

nistrações no sentido de regulamentar a Lei, no entanto, tem sido acompanhada de perto pelo Sindjus, que desde janeiro protocolou um requerimento administrativo e, caso haja negativa, já prepara o ajuizamento de ações judiciais com vistas a resguardar o direito dos servidores. "Esperamos que as administrações estejam abertas a perceber o enorme prejuízo funcional, financeiro e previdenciário que estão cometendo", afirmou Jailton Assis acerca da expectativa dos dirigentes do Sindjus diante das visitas que estão fazendo aos secretários.

Petição pública contra o congelamento e a favor da progressão

Petição é um pedido a uma autoridade, assinado por várias pessoas. Pois bem, o Sindjus vai disponibilizar em seu site uma petição pública contra o congelamento e a favor da progressão dos padrões para ser encaminhado aos presidentes dos tribunais superiores, dos conselhos e do TJDFT.

É importante que você não só assine essa petição, como convença seus colegas a fazer o mesmo. Quanto maior o número de assinaturas mais chance teremos de sensibilizar as autoridades sobre essa questão. A mobilização dos servidores será fundamental para garantir a nossa vitória.

Sindjus acompanha de perto a apreciação do Orçamento de 2013

Embora o Sindjus esteja trabalhando para que todos os órgãos do Poder Judiciário apliquem o reajuste conquistado no contracheque dos servidores, os diretores têm acompanhado de perto os últimos acontecimentos do Congresso Nacional no que diz respeito à apreciação da proposta orçamentária de 2013, cuja votação está pendente desde o final do ano passado.

Depois de acompanhar as eleições

dos novos presidentes da Câmara e do Senado, os diretores confirmaram que não haveria quórum suficiente para votar o Orçamento. Talvez nem na próxima semana, em razão do carnavalesco, essa votação seja possível. Como dito anteriormente, apesar de lutar junto às administrações, e até judicialmente, para que o pagamento dos servidores não dependa da aprovação do Orçamento, o sindicato vai continuar

atento aos próximos passos do Congresso Nacional.

“A pressão política é muito importante neste momento. A votação do Orçamento não interessa só a nossa categoria, mas também ao Executivo, que depende dessa votação para dar prosseguimento a uma série de iniciativas. Por isso, vamos continuar nosso trabalho junto aos parlamentares”, afirmou o coordenador-geral Cledo Vieira.

Inscrições para eleição de delegados já começaram



DELEGAD@S SINDICAIS



No dia 13 de março, o Sindjus realizará a eleição para o Conselho de Delegados Sindicais de Base, que abrange representantes do Judiciário e do MPU. Porém, o processo eleitoral começou oficialmente com publicação do edital. Segundo o documento, as inscrições para o posto começam no dia 5 e vão até o dia 1º de março.

Para se inscrever basta preencher formulário disponível no site do sindicato. Estão aptos a se inscrever aqueles que, na data da realização da eleição, tiver mais de três meses de filiação. É importante também providenciar uma foto de boa resolução para anexar à inscrição para compor o material de divulgação dos candidatos.

Novas ações jurídicas

No último boletim (disponível no site do sindicato), o Sindjus trouxe uma relação de ações que serão encaminhadas pelo seu departamento jurídico. A notícia de que o sindicato vai interpor ação judicial para conseguir o reajuste das incorporações de quintos/décimos/VPNI ao índice de 15,8% tem dado o que falar. Confira essa e outras ações em nosso último boletim.

Tire suas dúvidas sobre o Funpresp em nosso site

O site do Sindjus traz um material produzido pelo jornalista, analista político e diretor do Diap, Antônio Augusto Queiroz, bastante didático sobre a Previdência Complementar, que passou a vigorar no dia 5 de fevereiro de 2013. O assunto interessa não só aos novos, mas a todos os servidores.

Accesse www.sindjusdf.org.br e tire todas as dúvidas sobre esse tema. No texto, você vai saber, por exemplo, que os servidores que já estavam no serviço público antes de 5 de fevereiro, se desejarem, poderão aderir à previdência complementar nos próximos 24 meses, portanto até 5 de fevereiro de 2015.

SINDJUS EXIGE CORREÇÃO NO CÁLCULO DA GAJ E DA GAMPU

O Sindjus entrará com ações de conhecimento, com pedido de liminar, contra a União para corrigir a aplicação do cálculo da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e da Gratificação de Atividade do Ministério Público da União (GAMPU).

Essa ocasião viola o comando da lei e reatua o valor da vantagem aos servidores. No caso dos analistas do Judiciário, o valor da GAJ, segundo o critério adotado pela União, varia de R\$ 2.183,84 a R\$ 3.428,26. Para os técnicos, o valor varia de R\$ 1.330,93 a R\$ 1.202,30, e para os auxiliares, a GAJ vai de R\$ 662,00 a R\$ 1.056,68. Nos termos da lei, a GAJ deveria ter sido paga, desde o ingresso do servidor na carreira, no valor máximo, incidindo o percentual sobre o maior patamar de cada carreira, cujo vencimento contaria de acordo com a lei e o adicão.

que o Sindjus entrará com as duas ações contra a União, uma para corrigir a GAJ e outra para corrigir a GAMPU. Na ação, o sindicato pede a concessão de medida antecipatória para determinar que a administração faça o pagamento imediato das duas vantagens, adotando como base de cálculo o último patamar de cada carreira, conforme dispõe o artigo 15 da Lei nº 457/60 e o artigo 15 do Regulamento Final das Ides. Ao mesmo tempo, o sindicato pede o pagamento dos valores retroativos corrigidos.

AÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DO PSSS SOBRE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO- TREINAMENTO

O Sindjus vai propor ação coletiva com o objetivo de suspender a cobrança da contribuição previdenciária que incide sobre o adicional de qualificação - treinamento. Ante a impossibilidade de concessão dessa vantagem nos preceitos de aposentadoria (art. 16 da Portaria Conjunta V-2007 - STJ), o desconto é ilegal. A cobrança da contribuição ofende as disposições contidas no artigo 40, § 1º, art. 105, § 1º, da Constituição Federal.

SINDJUS DEVE ENTRAR COM NOVAS AÇÕES JUDICIAIS PARA AMPLIAR CONQUISTAS

Para preservar direitos e ampliar conquistas para os associados, a diretoria do Sindjus determinou ao departamento jurídico fazer estudos para propor ações judiciais a partir das leis 10.712 e 10.774.

Um dos questionamentos levantados pelo departamento jurídico é que o reajuste de 15,8%, índice negociado

em 2012 com todas as categorias do serviço público federal, corrigira o salário dos servidores do Congresso Nacional em 2012, 10% em 2013 e 11,70% como revisão geral de remuneração, permitindo o ajustamento dos quintos/décimos/VPNI incorporados nos salários no mesmo percentual.

REQUERIMENTOS CORRIGEM DISTORÇÕES DO REENQUADRAMENTO

O Sindjus entrou com requerimentos administrativos no Ministério Público da União e do Judiciário com vista a fazer valer os requisitos para o enquadramento nos novos níveis de patões previstos pelas leis 10.725 e 10.774 de 2010.

Atualmente, os servidores que acabaram de ingressar no serviço público (delegados do MPU e do Judiciário) não conseguiram ser enquadrados nos níveis de patões que já estavam nos patões A1 e A2. Consequentemente, seus vencimentos também estão prejudicados.

A União propôs para resolver o problema o relacionamento sempre, segundo os termos dos requerimentos que serão encaminhados pelo Sindjus. Aí ocorrerá o enquadramento no artigo 15 da Lei nº 457/60, e os servidores que já ingressaram no serviço público em patões superiores ao A1 e A2 terão seus vencimentos corrigidos.

ALÉM DAS MEDIDAS ACIMA, O DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINDJUS TRABALHA EM:

